

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Convergência de Contrários *Congresso*

As galerias da Câmara e do Senado fizeram a festa na posse dos Deputados e Senadores eleitos a 15 de novembro. Há testemunho de que foi a maior festa política já vista em Brasília, desde que o Congresso para lá se transferiu. Não foi certamente por acaso: a 47ª Legislatura está destinada a virar uma página na vida brasileira e integrar o passado — este sim — irreversível à nossa História.

A cerimônia vivida pelos novos Senadores e Deputados foi compartilhada por uma platéia numerosa que teve a presença representativa de delegações de muitos Estados. Houve alguma coisa de um Brasil que recomeça, mas também sinais de um país que começa a existir num novo plano de consciência política. O país é outro, como se costuma dizer sobre sua economia industrializada. Faltava-lhe, porém, a identidade democrática. A sociedade foi encontrá-la nas últimas eleições. O peso decisivamente moderado que transpareceu na preferência dos eleitores atesta o grau de amadurecimento político das aspirações democráticas brasileiras.

A repulsa aos extremos, manifestada na vitória de nomes identificados com o espírito negociador e conciliador, foi a marca das eleições de 15 de novembro, também transcorridas numa festa cívica sem precedente. Foi um bom augúrio político, confirmado agora no bom começo do Congresso.

Houve vaias e aplausos na cerimônia de juramento dos eleitos. Não há excesso nesse tipo de manifestação. O aspecto que ressalta com mais vigor é o da participação e do entusiasmo. Cidadãos que se deslocaram para presenciar a cerimônia dão a medida da disposição brasileira de viver intensamente o novo período que se abre ao país, na convicção democrática que nunca foi mais arraigada.

Entrelaçaram-se o desejo de vivêr dentro da lei e a possibilidade de se resolverem por entendimento as grandes dificuldades nacionais: o senso de responsabilidade e o espírito de sacrifício associam-se politicamente num tácito compromisso democrático, natural e espontâneo.

Haverá quem preferisse ver proibidas as vaias como forma coletiva de manifestação política, por indignas de um regime democrático. Será, porém, excesso de zelo e formalismo, porque o exercício da representação política entre nós precisava reaproximar-se da sociedade e teria um

preço a pagar. A redução da distância entre o eleito e o eleitor vive uma fase de adaptação. As vaias e os aplausos na cerimônia de juramento da Constituição pelos 479 Deputados e 25 Senadores eleitos tiveram o sentido episódico de uma atitude que se esgotou na hora. Vaiados e aplaudidos souberam distinguir com tolerância uma forma de apreço pela democracia e a nova responsabilidade política assumida pelo Congresso.

Símbolo do espírito inglês durante a guerra, Winston Churchill fez a campanha eleitoral de 45 ainda na condição de Primeiro-Ministro sob os louros da vitória, e recebeu uma estrondosa manifestação de desagrado político. "Feliz do povo que pode vaiar seus governantes" — afirmou, mais como reflexão do que como resposta. É por isso que não se pode questionar a natureza democrática do regime inglês quaisquer que sejam outras restrições que se lhe façam.

No primeiro encontro dos eleitos, o espetáculo do juramento constitucional testemunhou mais do que as palavras formais da cerimônia podem significar. As figuras controvertidas da divergência política profunda no passado recente foram apresentadas-umas às outras através de um ato democrático. O contraste entre o Deputado Sebastião Rodrigues de Moura, do PDS do Pará, e o Deputado José Genófio Neto, do PT de São Paulo, trocou a moldura da guerrilha do Araguaia pelo plenário da Câmara dos Deputados. Nada impede que exerçam a mais intransigente divergência política e ideológica, desde que munidos de argumentos e armados apenas para a luta de idéias.

É bom que esse passado obscuro e censurado de que está saindo o Brasil tenha sobreviventes para testemunhar a superioridade dos métodos democráticos sobre a ação armada — que nunca foi meio adequado de se acabar com injustiças sem gerar outras injustiças — e sobre a repressão também armada por um instinto igual e contrário.

Todas as divergências cabem no espaço de uma democracia, que é regime naturalmente apto a decantar o falso e o verdadeiro, o aparente e o real, a demagogia e a democracia. A prova é que, depois de tudo que o Brasil viveu e quer esquecer, acaba voltando ao único caminho capaz de reduzir as diferenças a um convívio. Aceita-se a divergência como o exercício da lealdade devida ao regime.